

FHC descarta reajuste do mínimo

Presidente diz desconhecer qualquer estudo do Governo propondo aumento em primeiro de maio

Geraldo

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em entrevista à rádio CBN, que desconhece a existência de qualquer estudo para o reajuste do salário mínimo em 1º de Maio. "Se existe estudo, eu não conheço", afirmou Fernando Henrique, descartando qualquer possibilidade de repasse ao salário mínimo da inflação futura.

"Na época da inflação, todo ano tinha que haver um falso aumento. Agora não. Se você der um aumento além do que é possível, você provoca inflação e ao invés de conceder uma vantagem, está tirando um benefício. Isso é bom que se saiba, porque não é meu estilo fazer demagogia", afirmou, acrescentando: "Pedi veto a salário mínimo quando entrei no Governo, pedi veto quando era ministro da Fazenda. Por isso temos o Real, e o Real melhorou a vida de quem recebe o mínimo."

Segundo Fernando Henrique, cada vez menos gente recebe salário mínimo. "Cerca de 5% a 6% dos trabalhadores recebem o mínimo. Agora, não pode perder a capacidade de compra do salário atual e o aumento tem de ser em função da disponibilidade da economia. O Governo tem de ser sério. Não pode tomar gestos que depois impliquem na inviabilidade de manutenção do Real", afirmou. O Presidente também negou que teria prometido, durante a campanha eleitoral, elevar o salário mínimo a US\$ 200. "O que eu disse, quando fui candidato (naquele tempo o mínimo era 65 dólares), foi que em quatro anos nos dobraríamos isso. Naquela época, isso parecia muito pouco, ou muito. Quem entende de economia sabe que é muito. Mas 200 dólares nunca foi meu compromisso. Se

for para 200 dólares, estoura a inflação e afi arrebeta. É demagogia. Nós vamos fazer o máximo possível, vou cumprir o que disse, dobrar em termos reais", disse.

Privilegios - O Presidente afirmou que a reação da opinião pública ao derrubar a tentativa de alguns políticos e servidores de confiança de ganhar até R\$ 21,6 mil mostrou que a população não está disposta a aceitar a manutenção de nenhum privilégio. "A sociedade está dizendo o seguinte: não quer nada, é zero", disse. Ele repetiu que sempre foi a favor do teto salarial de R\$ 10,8 mil para o serviço público e reforçou que ninguém pode discutir o valor desse teto.

Ao explicar a participação do Governo no texto extra, rejeitado pela população, o Presidente lembrou que na negociação para aprovar a reforma administrativa os líderes aliados lhe disseram que seria muito difícil aprovar o texto, porque existem deputados que têm aposentadoria e, por estarem exercendo uma função, perderiam o benefício. Assim, de acordo com FHC, tanto os líderes como ele concordaram, "a contragosto", em apoiar o acordo que permitiria para quem exerceesse cargos transitórios acumular o salário (de até R\$ 10,8 mil) à uma aposentadoria. "Mas ninguém falou em R\$ 21,6 mil", disse.

O Presidente voltou a defender o parcer do relatório, Moreira Franco (PMDB-RJ). Quanto à estabilidade, afirmou que o relatório propõe que o servidor que tenha demonstrado incapacidade no seu desempenho possa ser dispensado dentro de certas condições. "Se não for assim, é o povo quem está pagando alguém que não é dispensado porque está protegido por uma lei injusta."